



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU

GABINETE DA VEREADORA TAINÁ MARTINS VASCONCELOS

Avenida Eduardo Ribeiro, nº 1161 – Centro – Manacapuru – Amazonas – CEP: 69.400-901

legislativomanaca_1948@hotmail.com

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 045/ 2024.

Garante à parturiente a opção pela escolha do parto cesariano bem como a analgesia nas maternidades e hospitais públicos municipais e privados em funcionamento no município de Manacapuru.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANACAPURU, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º A parturiente tem direito à cesariana eletiva, devendo esta ser respeitada em sua autonomia, nas maternidades e nos hospitais municipais e nos hospitais privados em funcionamento no município de Manacapuru.

§ 1º A cesariana eletiva só será realizada a partir de 39 (trinta e nove) semanas de gestação, após ter a parturiente sido conscientizada e informada acerca dos benefícios do parto normal e riscos de sucessivas cesarianas.

§ 2º Na eventualidade da opção da parturiente pela cesariana não ser observada, ficará o médico obrigado a registrar as razões em prontuário nas maternidades, hospitais municipais e hospitais privados em funcionamento no município de Manacapuru.

Art. 2º A parturiente que optar ter seu filho por parto normal, apresentando condições clínicas para tanto, também deve ser respeitada em sua autonomia.

Parágrafo único. Garante-se à parturiente o direito à analgesia.

Art. 3º Nas maternidades e nos hospitais públicos municipais e privados em funcionamento no município de Manacapuru será afixada placa com os seguintes dizeres: “Constitui direito da parturiente escolher cesariana, a partir da trigésima nona semana de gestação.”



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU

GABINETE DA VEREADORA TAINÁ MARTINS VASCONCELOS

Avenida Eduardo Ribeiro, nº 1161 – Centro – Manacapuru – Amazonas – CEP: 69.400-901

legislativomanaca_1948@hotmail.com

Art. 4º O médico poderá encaminhar a parturiente para outro profissional caso divirja da opção feita por esta.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara de Manacapuru, 04 de março de 2024.

Tainá Martins Vasconcelos

TAINÁ MARTINS VASCONCELOS

VEREADORA PARTIDO CIDADANIA



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL.

Senhor presidente,

Senhores vereadores,

Senhoras vereadoras,

Esta Matéria busca assegurar autonomia individual à parturiente, a fim de garantir o direito e a boa orientação através do médico que a acompanha, de modo a permitir a escolha da via de parto normal ou cesariana, de acordo com a sua preferência. Levar-se-á em consideração, cada caso, as intercorrências do momento do parto, quando eventualmente será adotado um caminho diverso daquele, a princípio, almejado pela parturiente.

Além disso, esta Proposição objetiva a proteção legal às parturientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), grupo que é composto, em sua maioria, por mulheres negras e de baixa renda, as quais se impõe o parto normal, obrigando-as a sofrer por longas horas, sendo dificultado o acesso até na analgesia.

Observa-se que, em muitos casos, graças à submissão ao parto normal, o conceito vem a sofrer anóxia (falta de oxigênio), ficando sequelado para o resto da vida, em virtude da paralisia cerebral. Nas situações mais graves, a anóxia leva à morte do bebê, seja dentro do ventre materno, seja alguns dias após o nascimento. Desse modo, fica evidente que nem sempre o parto normal é a via mais adequada e sua imposição, em muitos casos, pode causar danos irreversíveis.

Em 2016, por meio da Resolução nº 2.144, o Conselho Federal de Medicina passou a prever, de forma expressa, que o médico pode sim atender ao desejo de sua paciente e realizar a cesariana, desde que a gestação esteja com, no mínimo, 39 (trinta e nove) semanas. Nos seguintes termos:

Art. 1º É direito da parturiente, nas situações eletivas, optar pela realização de cesariana, garantida por sua autonomia, desde que tenha recebido todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e cesariana, seus respectivos benefícios e riscos. Parágrafo único. A decisão deve ser registrada em termo de consentimento livre e esclarecido,



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU

GABINETE DA VEREADORA TAINÁ MARTINS VASCONCELOS

Avenida Eduardo Ribeiro, nº 1161 – Centro – Manacapuru – Amazonas – CEP: 69.400-901

legislativomanaca_1948@hotmail.com

elaborado em linguagem de fácil compreensão, respeitando as características socioculturais da gestante.

Art. 2º Para garantir a segurança do feto, a cesariana a pedido da parturiente, nas situações de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

Art. 3º É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da parturiente, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar a parturiente a outro profissional.

Assim, diante da evidente afronta aos direitos e às garantias individuais das parturientes em situação de fragilidade social, entendemos que é necessário criar uma Lei para que, em Manacapuru, o direito, já assegurado por Resolução, seja observado na rede pública de saúde.

Logo, esta é uma Propositura que preserva a vida, a saúde e a dignidade humana, importantíssimos direitos fundamentais, além de conferir voz às mulheres que, desde sempre, foram caladas pelo sistema.

Nesse sentido, esta Matéria está em conformidade com a normativa ética da Medicina e, ainda, deixa bem claro que o médico pode, tal como a paciente, exercer sua autonomia. De modo geral, este Pedido trata-se, muito mais do que uma proposta referente às mulheres e à saúde, trata-se de uma Proposição umbilicalmente atrelada ao respeito dos direitos fundamentais.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária.

Sala das sessões da câmara de Manacapuru, 04 de março de 2024.

Tainá Martins Vasconcelos

TAINÁ MARTINS VASCONCELOS

VEREADORA PARTIDO CIDADANIA